

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.697 - RJ (2019/0278942-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
RECORRIDO : **EDMO CONDOLO COSTA**
ADVOGADO : **WAGNER AURELIO DA SILVA BRANDÃO - RJ181845**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ART. 621 DO CPP. HOMICÍDIO. ART. 121, § 2º, II E IV, E NOS ARTS. 121, § 2º, IV, C/C O ART. 14, II, AMBOS DO CP. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO BASEADA APENAS NA FRAGILIDADE DAS PROVAS PRODUZIDAS. CASSAÇÃO DO *DECISUM* DO CONSELHO DE SENTENÇA. DETERMINAÇÃO DE NOVO TRIBUNAL DO JÚRI. ACÓRDÃO A *QUO* FIRMADO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

Recurso especial improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público do Rio de Janeiro**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local (Revisão Criminal n. 0038142-78.2017.8.19.0000/RJ), que determinou a cassação da decisão condenatória, proferida pelo Conselho de Sentença, e estabeleceu a submissão do recorrido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri (fls. 88/113).

No recurso especial, o *Parquet* estadual sustenta que o acórdão *a quo* negou a vigência do art. 621, I, do Código de Processo Penal, porquanto *o dispositivo violado em momento algum permite a utilização de revisão criminal para que se discuta se a prova colhida era ou não suficiente para a "condenação". Ao revés, o que se exige é total e absoluta inexistência de prova ou, para se usar a expressão ali contida, contrariedade "à evidência dos autos" (fl. 141).*

Aduz que *a revisão criminal fora utilizada como "segunda apelação" ou como instrumento de mera reavaliação da prova anteriormente analisada na sentença e no acórdão rescindendo, o que é vedado por lei e rechaçado pela doutrina e jurisprudência pátria, em especial aquela do Superior Tribunal de Justiça (fl. 141).*

Requer a parte recorrente a cassação do acórdão *a quo*, *restabelecendo-se, em consequência, o acórdão que julgou a apelação* (fl. 148).

Contrarrazões ofertadas, por meio das quais se sustenta a manutenção do acórdão recorrido (fls. 152/159).

Processo admitido na origem (fls. 161/165).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (fls. 179/188).

É o relatório.

Para adequada compreensão da controvérsia, oportuna a transcrição das principais ocorrências dos autos.

O recorrido foi denunciado pelas condutas previstas no art. 121, § 2º, II e IV, e no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal.

Logo em seguida, foi submetido a julgamento em plenário do Tribunal do Júri, ficando condenado à pena final de 30 anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.

Em razão da supracitada sentença condenatória, a defesa interpôs recurso de apelação, sendo dado parcial provimento ao pleito defensivo, fixando-se a pena final em 27 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, II e IV, 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, e art. 69, todos do Código Penal, conforme acórdão prolatado pela Primeira Câmara Criminal do TJRJ.

Ao examinar ação de revisão criminal contra a mencionada condenação, o voto condutor do acórdão *a quo* considerou cabível a cassação da decisão do Conselho de Sentença em razão da natureza inquisitorial das provas dispostas nos autos, nos seguintes termos (fls. 94/96 – grifos nossos):

[...] A prova oral colhida e afeta à determinação de autoria na pessoa do Requerente se limitou, exclusivamente, às manifestações da vítima, quem, após asseverar que não teve condições de identificar o seu agressor, sustenta ter ouvido comentários de moradores da localidade que teriam apontado àquele em tal condição, mas sem que fosse nominalmente identificada uma destas pessoas

sequer, ao que se somaram as declarações prestadas por policial militar, MÁRCIO PIRES DA FONSECA, que a nada assistiu, mas quem, mesmo assim, asseverou conhecer tal crucial aspecto, porém advindo de manifestação policial vertida pela namorada do implicado, ANA CAROLINA VACALDI, quem se retratou, judicial e cabalmente, de sua afirmativa inicial de que teria ouvido deste tal admissão de prática delitiva.

Observe-se que se se inadmite como prova válida e suficiente a confissão por uma interposta pessoa, mesmo que ela seja judicialmente manifestada ou confirmada, o que se dizer então quando esta não só foi judicialmente retratada, como também a indicação da pretensa ocorrência de tal episódio foi transmitida por uma terceira pessoa, quem, não só não tem como confirmar se aquilo efetivamente aconteceu, porque não estava presente quando isso teria se dado, como também não possui condições de asseverar se era verdadeira a confidência que ouviu, ou se o seria quando sua interlocutora dela se retratou. Está-se diante de arcabouço fático manifestamente inconsistente e que bem exemplifica a perspectiva de incidência de um vício de nuncio, pois já foi cientificamente determinado que entre aquilo que efetivamente foi dito na origem e o que vem a chegar ao último personagem que recebe a sucessiva transmissão de manifestação existem múltiplas imprecisões, que lhe retiram a credibilidade, para se falar o mínimo.

Quanto à flagrante indeterminação de quem foram os interlocutores da vítima sobrevivente e que a ela teriam apontado o Requerente como tendo sido o autor do fato, certo é que comentários anônimos de "dizem por aí" não criam qualquer respaldo válido e suficiente à formulação de um juízo de censura, até pela própria identificação se qualquer destas pessoas teria assistido ao evento, ou, ao menos, ouvido tal referência de quem o tivesse presenciado, ou se se trata de mais alguém que apenas está repercutindo, indefinidamente, uma manifestação que ouviu e, como acontece com frequência, sem qualquer critério ou cuidado para tanto. Em suma: fofoca não se constitui em prova oral válida.

Merece ser realçado que o Conselho de Sentença, como juízes do fato que são, independentemente de serem leigos, julgam segundo as mesmas regras e limitações do Magistrado Togado, apenas o fazendo por íntima convicção, de modo que apenas não estão obrigados a identificar os motivos que nortearam a sua opção decisória. Neste sentido, **é vedado ao Jurados decidirem com amparo, tão-somente, naquilo que foi colhido em sede inquisitorial, por indisfarçável violação ao cânone inserto no art. 155 do Diploma dos Ritos, regra cuja vigência se iniciou bem antes do veredito ora impugnado, de modo que, em assim o fazendo, estarão realizando uma Decisão manifestamente contrária à prova dos autos, o que se inadmite, não podendo assim subsistir, e o que se reconhece como ocorrente na hipótese em questão, por malferimento ao disposto no art. 621, inc. n° I, segunda figura, do C.P.P., a conduzir à determinação de submissão daquele a nova Sessão Plenária de Julgamento.**

Observe-se que restei vencido quanto a este último aspecto, pois a douta Maioria estabelecida, a quem sempre rendo as minhas homenagens, entendeu por bem de realizar a absolvição do Revisionando, enquanto resultado advindo da votação por este quorum de julgamento, o que se considera inalcançável, mercê da expressa previsão constitucional, enquanto cláusula pétrea, constitutiva de garantia própria, de que, em se tratando de crime doloso contra a vida, o veredito apenas poderá ser formulado pelo Conselho de Sentença, cabendo ao Tribunal apenas a verificação se tal manifestação não se caracterizou como sendo manifestamente

contrária à prova dos autos e de modo a submeter o réu à nova Sessão Plenária pelos Jurados e o que não é excepcionado nem em sede de Revisão Criminal.

Assim, voto pela procedência do pleito revisional, para, em Voto que restou vencido, determinar a submissão do Requerente a novo julgamento pelo Tribunal Popular, em se reconhecendo que houve Decisão contrária à evidência dos autos, pelo v. Acórdão que deixou de estabelecer a ocorrência de um veredito popular manifestamente contrário à prova dos autos.

[...]

Por conseguinte, como visto, ao julgar a ação autônoma de impugnação (revisão criminal), o Terceiro Grupo de Câmaras Criminais do Tribunal de origem – soberano na análise do contexto fático-probatório disposto nos autos – determinou, ao considerar que houve decisão em sentido contrário à prova dos autos, *a submissão do requerente a novo julgamento pelo Tribunal Popular, em se reconhecendo que houve decisão contrária à evidência dos autos* (fl. 96).

Nesse contexto, registre-se que a revisão criminal só é cabível nos casos expressamente listados no art. 621 do Código de Processo Penal, ou seja: a) **quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos**; b) quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; e c) quando, após a sentença, descobrirem-se novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

No caso, repita-se, o voto condutor do acórdão *a quo*, com base em provas carreadas aos autos, considerou que existem elementos aptos a indicar erro no julgamento do ora recorrido (fls. 56/96).

Diante disso, tendo o Tribunal de origem reconhecido, motivadamente, que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri **não** se firmou consoante as provas dos autos, não é *dado ao STJ aferir se a decisão possui ou não amparo probatório no processo. Referida providência demandaria minucioso cotejo fático-probatório* (HC n. 406.484/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 26/3/2019)

Igualmente, na via especial, desconstituir esse entendimento demandaria a *análise do conteúdo fático-probatório dos autos, providência obstada pelo enunciado*

Superior Tribunal de Justiça

da *Súmula 7 do STJ* (AgRg no AREsp n. 958.088/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 8/10/2019).

Em relação ao parecer ministerial, a favor da pretensão recursal, saliente-se que *é cediço que, ao decidir, o magistrado não está vinculado ao parecer do Ministério Público, em face do princípio do livre convencimento motivado ou persuasão racional* (AgRg no REsp n. 1.102.065/MS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 30/4/2012).

Sendo repetidamente decidida a matéria debatida, conforme os precedentes citados, o presente recurso comporta pronta solução, nos moldes do art. 34 do RISTJ e do disposto na *Súmula 568/STJ*, com o fim de se agilizar a prestação jurisdicional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34 do RISTJ e no disposto na *Súmula 568/STJ*, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator